

SHUTTERSTOCK

DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

BANCOOB

Bancoob/Superintendência de Negócios e Desenvolvimento — Suned
Edição: Bancoob/Superintendência de Gestão Estratégica — Suest

AS EXPECTATIVAS da economia brasileira para os próximos anos seguem conectadas aos desdobramentos políticos do ano eleitoral de 2018. Ainda com o tímido crescimento da economia doméstica apresentado no primeiro semestre, as incertezas do cenário político poderão afetar as decisões de consumo e investimento e, com isso, impactar negativamente a atividade econômica.

A pequena melhora percebida é resultado, principalmente, das atividades relativas à agropecuária, que cresceu 1,4% apenas no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2017, processo impulsionado pela safra de soja.

No Brasil, fatores como clima, solo, água, relevo e luminosidade corroboram, historicamente, as atividades relacionadas ao agronegócio e têm impulsionado a atividade econômica por sua magnitude. Por essa relevância, vem crescendo a mecanização no campo, processo que contribuiu para o aprimoramento das atividades rurais e resultou em maior eficiência para o negócio. Paralelamente a esse movimento, as pressões pela preservação ambiental vêm ganhando pauta no cenário político e, de certa forma, refletindo-se no produtor e na sua produção.

IMPACTO DA TECNOLOGIA

Essa *performance* ascendente do agronegócio brasileiro está ligada diretamente à capacidade de incremento na produção de grãos, fibras, energia, carnes, frutas, hortaliças, tubérculos, flores e piscicultura; culturas estas que não são exploradas

em sua totalidade potencial tanto em capacidade produtiva, quanto em áreas cultivadas. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil cultiva apenas 7,6%[1] de suas terras, apresentando enorme potencial para ampliação da produção. Ao mesmo tempo e conforme dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), o Brasil é um dos países onde mais cresce a produtividade no campo, o que o tornou o quarto maior agroexportador do mundo.

Para a temporada 2018/19, o USDA prevê uma demanda mais aquecida para as principais *commodities*, favorecendo um resultado positivo da balança comercial. Mas, por estar em estágio inicial, talvez exista espaço para eventuais mudanças no balanço mundial de oferta e demanda. Este último tende a ser mais apertado em 2019, fator que deve gerar pressão de alta moderada sobre preços internacionais de produtos agrícolas, sobretudo nos mercados de soja e de milho.

Esse cenário traz à tona a percepção de que todos os envolvidos na cadeia do agronegócio estão logrando êxito. Contudo, apesar de as projeções indicarem aumento do setor, ao se segregar os entes da cadeia, não se nota o mesmo ritmo de desenvolvimento ou sucesso.

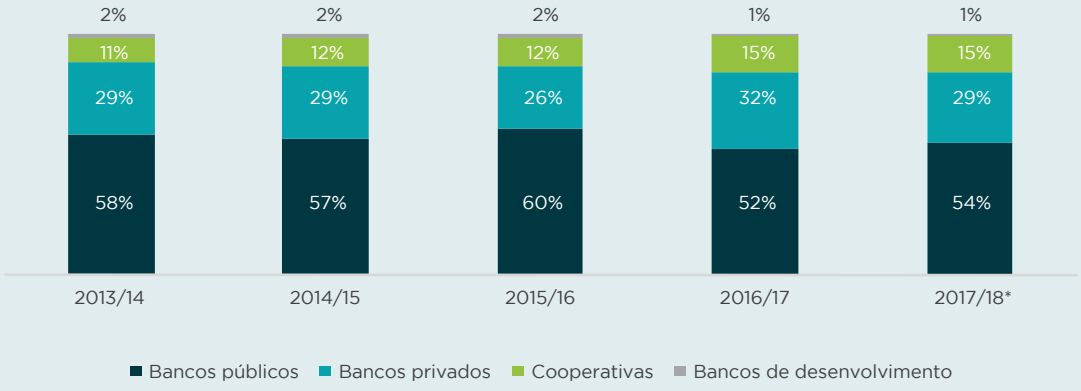
Ao se analisar o mercado de gado de leite, por exemplo, observa-se que, ao longo dos anos, foi incorporada a mecanização do processo produtivo, resultando em menor custo e maior eficiência. Por conta desse movimento, a concentração do setor foi inevitável, tendo o número de produtores reduzido pela metade[2]. Mesmo com esta concentração evidente, não se percebeu queda no abastecimento do mercado interno e, em vinte anos, a produção de leite cresceu 128%[3], chegando a 24,3 milhões de litros[3] em 2017, ante os 10,7 milhões de litros em 1997.

Além do crescente uso da tecnologia na cadeia produtiva de leite, a pecuária leiteira enfrenta outros percalços. Estes impactos refletem-se em todos os envolvidos na produção de leite e derivados.

Assim, observa-se, ano após ano, que os produtores rurais estão obtendo uma maior produtividade e um incremento em suas colheitas. Por consequência, conclui-se que esse resultado deveria significar maior renda agregada; no entanto, não é o que se observa na prática. As melhorias na produtividade advêm da maior utilização de tecnologias em todas as etapas do cultivo, desde a escolha das variedades plantadas, passando por tratamento da semente, manejo do plantio e condução da lavoura, até a caracterização da colheita.

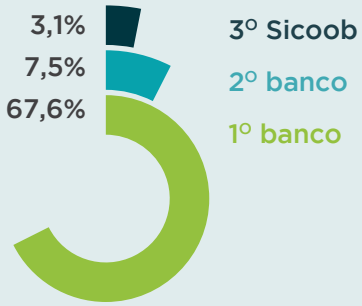
Toda essa tecnologia aplicada tem elevado custo financeiro, mas é fundamental para a manutenção do produtor e da sua atuação em um mercado cada vez mais competitivo e com menores margens financeiras na composição de seus resultados, os quais são comprometidos pelo movimento intermitente por investimentos. Isso deixa os produtores

SNCR SEGREGADO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Fonte: BACEN; SCR, dados da safra 2017/18 apurados até março de 2018

MARKET SHARE DO SNCR



Fonte: BC e Sicoob Confederação e data-base: dez/2017

descobertos para momentos de quebra de safra, por ocasião de distúrbios climáticos, ataques de pragas, doenças ou, até mesmo, problemas de logística, que, muitas vezes, não permitem a recuperação econômica da atividade até que se conclua o período da colheita ou mesmo os levam à falência.

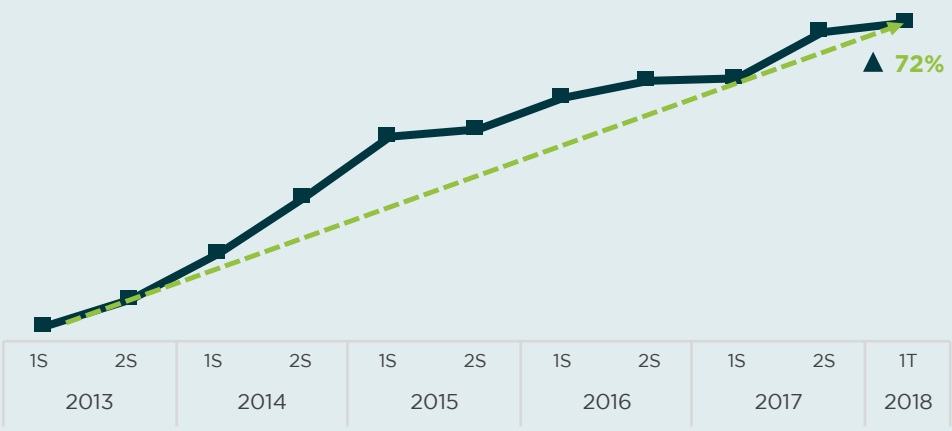
Para essas situações, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, é mais comum que os produtores tenham a seu alcance diferentes modalidades de seguros, que vão desde seguros contra perdas de receita ou de produção até seguros de máquinas, vidas de animais e outros produtos mais complexos. Por sua vez, os produtores brasileiros tendem a não aderir a esse comportamento, vislumbrando não onerar as suas produções.

DESAFIOS NO CRÉDITO RURAL

O crédito rural no Brasil é o suprimento de recursos financeiros por instituições pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para aplicações nas finalidades de custeio, investimento, comercialização e industrialização.

Atualmente, o crédito rural passa por um dilema. Cada vez mais burocrático e sem acompanhar as oscilações da taxa básica do mercado (Selic), concorre com outras linhas de crédito, menos burocráticas, como os Créditos Diretos ao Consumidor (CDC). Com a Selic de aproximadamente 6,5% a.a., valor muito próximo às taxas controladas do crédito rural com incentivo do Governo, que giram em

FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS



Fonte: Sicoob (2017)

torno de 5,5%, os produtores têm buscado outras fontes de recurso, mais fáceis e tempestivas, de acesso ao crédito.

REFLEXOS NO COOPERATIVISMO

Historicamente, o crédito rural é ofertado basicamente por quatro grandes bancos, e, a fim de democratizar o seu acesso, as cooperativas financeiras assumem o papel fundamental de distribuição de crédito adequado a todo o setor agropecuário, com maior capilaridade.

Agrupadas em sistemas ou solteiras, as cooperativas financeiras possuem 3,1% de *market share* do SNCR, tornando-se o terceiro repassador de crédito rural do país. Grande parte destas cooperativas é advinda da ramificação de cooperativas de produção e, por isso, tem afinidades com a atividade econômica do agronegócio.

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), com 4,1 milhões de cooperados[4], é um dos sistemas com maior participação nacional e com grande capilaridade, estando presente em todas as unidades federativas, sendo 1.592 municípios[4] – dos quais 205[4] exclusivamente. Reúne atributos que o posicionam como forte aliado do desenvolvimento socioeconômico do país, destacadamente junto ao público empreendedor rural, com 57% das liberações de operações de crédito realizadas no interior do Brasil.

Com 2,7 mil pontos de atendimento[4], o Sicoob tornou-se a quinta maior rede no país em 2017, garantindo uma parceria mais efetiva com pequenos e médios produtores e se transformando em um parceiro de todas as cadeias produtivas do agronegócio, auxiliando nos desafios e nos anseios dos cooperados-produtores.

O Sicoob tem mais de R$ 12 bilhões aplicados no agronegócio. Estes recursos são alocados para todos os portes de produtores rurais, desde o pequeno produtor rural ao grande produtor ou agricultor empresarial. Suporta, também, grandes empresas, cooperativas de produção e demais entes da cadeia do agronegócio. Além do porte, leva-se em conta o enquadramento nos programas do governo federal, atendendo o público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

SHUTTERSTOCK



(Pronamp), bem como os demais beneficiários do crédito rural.

São utilizados como *funding* para as operações de crédito rural recursos próprios livres, recursos obrigatórios, recursos equalizáveis, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A utilização desses recursos é distribuída conforme a necessidade do cooperado, permitindo maior flexibilidade na contratação das operações.

O Sicoob, por ser uma instituição sem fins lucrativos, oferta produtos e serviços financeiros em condições comerciais diferenciadas do mercado, de forma a promover justiça financeira, e reverte o resultado para o cooperado e a sua comunidade. Essa aplicação de recursos é o sétimo princípio do cooperativismo financeiro, que tem por essência o desenvolvimento da comunidade em que a cooperativa está inserida, contribuindo para o desenvolvimento das atividades sociais e comunitárias da região.

As operações realizadas no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) são amparadas e garantidas pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), criado para igualar as condições de competitividade com os bancos comerciais, protegendo depositantes e investidores das instituições associadas, para valores até R$ 250.000,00, ampliando a credibilidade do SNCC.

O Sicoob tem por atuação primária o crédito rural, mas, hoje, já oferece aos seus cooperados uma completa cesta de produtos e serviços financeiros, tais como cartões de crédito, crédito pessoal, crédito imobiliário, consórcios, investimentos, previdência, seguros e soluções em adquirência.

Preocupado sempre em proporcionar ao seu cooperado a melhor experiência e focado em ser a principal instituição financeira de seus associados, o Sicoob passará, em 2018, a oferecer serviços de câmbio e conta virtual. Faça parte! ■

1 Fonte: Embrapa (nov. 2017), dados confirmados pela NASA, apenas áreas de cultivo, excluindo plantios de reflorestamento e plantação de eucaliptos e agropecuária

2 VILELA, D. *et al.* A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. *Revista Política Agrícola*, ano XXVI, n. 1, jan./fev./mar. 2017

3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido, somados os quatro trimestres do ano de 2017. Consulta em: 26 jun. 2018

4 Fonte: SICOOB CONFEDERAÇÃO. Data-base: 31 dez. 2017



Fonte: Sicoob (2017)